

Sociólogos em contexto não académico: cultura profissional, participação associativa, ativismo e responsabilidades sociais

Inês Maia¹

Resumo: O seguinte ensaio apresenta uma pesquisa em torno do exercício da sociologia em contexto não académico, tendo três objetivos principais: refletir sobre a identidade e cultura profissional; entender que relação estes sociólogos não académicos estabelecem entre a sua formação e o seu exercício profissional; e perceber o tipo de participação associativa (profissional e científica, e outras), a participação política de forma ampla e as responsabilidades sociais que assumem nas mais diversas esferas, destacando-se neste último ponto a tentativa de descortinar de que forma os instrumentos críticos mobilizados pela sociologia se refletem na forma de estar quotidiana destes sociólogos.

Palavras-chave: Identidade; cultura profissional; associativismo; responsabilidades sociais.

Abstract: The following essay is the result of a research on the practice of sociology in a non-academic setting and has three main objectives: first, to reflect on identity and professional culture; second, to understand the relation that non-academic sociologists establish between their academic path and their profession; finally, to understand their associative practices (professional and scientific, and others), their political participation and the social responsibilities they assume in different spheres. In regard to the last one, it should be highlighted the attempt to find out how the critical instruments mobilized by sociology are reflected in the everyday life of these sociologists.

Keywords: Identity; professional culture; associative participation; social responsibilities.

Introdução

É comumente aceite que a sociologia em Portugal tem sofrido desde o 25 de Abril um processo de claro crescimento e consolidação. É indiscutível perante as evidências, ainda que com falhas por colmatar, a abertura desta disciplina a um maior número de estudantes, a sua afirmação enquanto ciência dentro da academia e fora desta e o

1. Estudante de licenciatura em Sociologia do ISCTE-IUL. Email: Ines_Maia@iscte.pt.

crescimento das possibilidades de inserção profissional de sociólogos num maior número de contextos. Possui-se hoje um importante leque de dados, pesquisas e reflexões sobre a realidade social portuguesa, que têm permitido o acumular de um conhecimento profundo das transformações sociais ocorridas ao longo do tempo. Este crescimento da sociologia tem potenciado inúmeros debates centrados em aspetos como a relação entre a formação, a ciência e a profissão, a institucionalização da sociologia e o papel do associativismo, a cultura e identidade profissional dos sociólogos, os princípios éticos e deontológicos que lhes estão subjacentes e as suas responsabilidades sociais. Quando nos prendemos com o estudo da realidade de sociólogos cujo contexto profissional não é nem nunca foi a academia, as questões podem seguir outros caminhos. Que autorrepresentações possuem em torno da sua profissão: vêem-se ou não como sendo sociólogos?; entendem ou não o seu trabalho como uma prática sociológica?; como se definem profissionalmente?; que papel continua a sociologia a ter no exercício do seu trabalho diário?

Inerente a todos os tópicos de reflexão acima mencionados encontra-se uma questão central: a especificidade da formação de base em sociologia transporta instrumentos de análise da realidade social que potenciam um olhar novo, acutilante e mais crítico sobre esta:

Não se trata de fugir aos desafios concretos que, no exercício da profissão, se colocam aos sociólogos: eles não podem deixar de estar preparados para pensar os problemas que os cidadãos, os meios de comunicação ou as instâncias oficiais e oficiosas designam como problemas sociais. Mas o que também não devem ignorar é que, pela formação específica que adquiriram, e que os leva a modos peculiares de interpretar e observar os comportamentos em sociedade, está igualmente ao seu alcance formular um conjunto de problemas que, noutros entendimentos, ou não existem ou são recalcados (Pinto, 2004: 24).

Pelo facto de ser uma realidade mais explorada, percebe-se mais facilmente como a análise e reflexão sociológicas se traduzem no trabalho diário de quem exerce dentro da academia, sendo o trabalho de investigação o exemplo mais óbvio. Torna-se então pertinente pensar como se espelham no exercício diário do sociólogo que trabalha em contexto não académico. Isto é, como é que alguém formado em sociologia continua a exercê-la, em contextos profissionais onde até há poucos anos não se refletia sobre a pertinência de contar com o contributo de alguém formado nesta área?; e, recuperando as questões colocadas acima: ver-se-ão esses indivíduos como sociólogos ou distanciam-se desse perfil?; de que formas os conhecimentos e capacidades apreendidas na sociologia

se revestem em contextos onde não trabalham com outros indivíduos da mesma área?; de que forma a análise e consciência críticas associadas a esta ciência se espelham nas suas formas de estar quotidianas?; assumirão, devido à sua formação, responsabilidades sociais acrescidas no desempenhar dos seus papéis? Pretendem-se estudar estas questões em sociólogos que trabalham fora das universidades por terem papéis profissionais menos explorados e conhecidos do que os sociólogos professores universitários ou investigadores. Trata-se portanto de limitar o objeto de estudo, não se pretendendo com isto assumir que os sociólogos do meio académico são um grupo homogéneo na resposta às questões que este trabalho pretende explorar.

Assim estabelecem-se como objetivos principais deste trabalho, em primeiro lugar, perceber questões do foro da identidade e cultura profissional, sobretudo no que diz respeito às representações que estes sociólogos têm da sua profissão e do que é um sociólogo, bem como que princípios deontológicos e éticos mobilizam; em segundo lugar, entender que relação estabelecem entre o percurso académico e a profissão que exercem (conhecimentos teóricos e práticos que aplicam); por último, compreender a participação associativa (profissional e científica e outras), a participação cívica no geral e as responsabilidades sociais que assumem, refletindo sobre o papel da sociologia nesta intervenção. Assim, contaremos com uma reflexão teórica sobre estas questões, recorrendo sempre que possível à experiência e opiniões dos sociólogos entrevistados.

Foram entrevistados cinco sociólogos², com idades compreendidas entre os 26 e os 52 anos, todos com formação de base em sociologia e com formações posteriores noutras áreas.³ Quatro dos sociólogos trabalham em autarquias, duas inseridas de facto nestas, Maria num Departamento de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Económico e Rosa numa Divisão de Ação Sociocultural, e dois enquadrados em organismos associados a estas, Afonso numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e Joana num Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII). Sara exerce numa IPSS, trabalhando com famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI). É possível encontrar nestes perfis profissionais um espelho do que tem sido a afirmação histórica da sociologia enquanto profissão em Portugal, uma vez que quatro dos sociólogos entrevistados,

2. Os nomes dos sociólogos entrevistados são fictícios.

3. A caracterização educacional e profissional mais detalhada dos sociólogos entrevistados encontra-se em Anexo.

embora em diferentes áreas, exercem em contexto autárquico, meio onde de há vários anos a esta parte se encontram inúmeros sociólogos inseridos, naquele que tem sido um dos contextos onde de forma mais dinâmica se tem desenvolvido o processo de profissionalização desta ciência (Costa, 2004).

Começamos por conhecer, antes de partir para o aprofundamento das questões colocadas, as expectativas iniciais destes entrevistados em relação à licenciatura em sociologia. Foram comuns aos cinco expectativas pouco elevadas, conhecimento reduzido sobre a área (fruto sobretudo de contacto com uma disciplina de introdução à sociologia lecionada no ensino secundário), contudo interesse e gosto para a conhecer melhor. Do ponto de vista profissional, partilharam também poucas ou nenhuma noções do que desejariam fazer. À exceção de Afonso, que ingressa no curso após trabalho informal no meio associativo (cultural e recreativo) e que é o único que procura a sociologia com fins claramente definidos, uma vez que opta pelo curso com o objetivo prévio de trabalhar e intervir ao nível das coletividades recreativas. Por sua vez, Maria e Joana interessam-se durante o curso pela possibilidade de integração no trabalho autárquico, a primeira porque acreditou ser a alternativa mais interessante por oposição ao ensino, opção da maioria dos colegas, e a segunda porque entendeu ser nesse contexto profissional que teria condições para desenvolver trabalho de intervenção social, algo que lhe despertava interesse.

I. Cultura e identidade profissional

A cultura profissional dos sociólogos tem-se deparado com obstáculos na sua própria definição, uma vez que converge nesta um elevado conjunto de representações, normas e valores de que os sociólogos (e profissionais de outras disciplinas) são portadores, o que tem produzido consequências ao nível, por exemplo, da capacidade de inserção no mercado de trabalho, da definição dos seus papéis e das suas competências profissionais, da forma de ensinar sociologia e da própria imagem pública desta ciência.

Uma das questões centrais que se encontra diretamente associada à cultura e identidade profissional diz respeito às autorrepresentações da profissão. Quando questionados se se consideram sociólogos, Afonso, Sara e Joana afirmam prontamente que sim, chegando Joana a declarar categoricamente: *Sou e serei sempre socióloga*. De

ressaltar a curiosidade que estes sociólogos que não hesitam na sua afirmação como tal, são aqueles cujo exercício profissional se encontra num plano de maior proximidade com as pessoas e de intervenção direta nas vidas destas. Mais reticente, Maria afirma: *Sempre me chamei socióloga. Quando me perguntam o que sou, respondo socióloga. Mas no sentido teórico não. No sentido do investigador não.* De seguida define-se profissionalmente como sendo uma *gestora de projetos*, pelas tarefas concretas que exerce neste momento. Rosa segue uma linha de resposta idêntica, afirmando que não se vê como socióloga, acrescentando de seguida: *No outro dia disse que era socióloga não praticante.*

Firmino da Costa permite refletir em torno desta questão quando remete para “(...) uma das mais célebres proposições da Sociologia, o Teorema de William Thomas: «se as pessoas definem as situações como reais, estas tornam-se reais nas suas consequências” (Costa, 1988, pp.107). Embora Maria e Rosa, quando questionadas no seu quotidiano, se definam como sociólogas, de facto não consideram sê-lo; uma define-se como não praticante e a outra associa de imediato essa definição àquele que trabalha na academia. Tais crenças acarretam necessariamente consequências, quer no plano concreto de cada contexto profissional, quer de forma mais abrangente. No plano diário de trabalho, como podem ser valorizados os conhecimentos que um sociólogo possui, se é o próprio quem se inibe de as apresentar como sendo características da formação nesta área e profícuas? Num plano mais amplo, estas posturas permitem corroborar conceções difundidas socialmente em torno das representações sobre o que é um sociólogo e qual é o seu contexto profissional tipo. Contribui-se assim, ainda que não de forma propositada, para a prevalência de preconceitos que só prejudicam a afirmação do sociólogo como profissional capaz numa multiplicidade de áreas. Não se pretende com isto, como se encontra em várias linhas de discurso sobre a adaptabilidade dos sociólogos, afirmá-los de forma exacerbada, como possuidores de instrumentos e capacidades quase sobre-humanas que os capacitam para trabalhar em todos os contextos sem exceção, mas sim defender a ideia de que, pela sua formação específica, o sociólogo tem condições de exercer sociologia em distintos contextos profissionais com condições para dar contributos próprios. Torna-se por isto necessário perceber que, em parte, se continuará a olhar para a sociologia como uma ciência essencialmente restrita ao meio académico, se

não se trabalhar no sentido de uma abertura intelectual também dos próprios sociólogos para combater essas ideias pré-concebidas.

Retomemos o exemplo específico destas duas sociólogas entrevistadas. Se são as próprias, que mesmo inseridas em contexto autárquico, atribuem o estatuto de sociólogo apenas aos que se encontram na academia, por realizarem trabalho de investigação e ser esse o elemento que define a atribuição desse estatuto, como pode então expandir-se e consolidar-se a cultura da associação entre ciência e profissão (Costa, 1988) como modelo prevalecente da cultura profissional dos sociólogos? A cultura da associação pressupõe uma ampla pluralidade de papéis profissionais desempenhados por sociólogos, a mobilização não só de saberes teórico-metodológicos, mas simultaneamente de saberes operatórios, e prevê ainda uma rede de relacionamentos entre o meio universitário e o não-universitário, por oposição a um enclausuramento do exercício da sociologia na academia, apresentando-se assim meios de combate ao desadequado fechamento. É certo que nesta análise tem obviamente de se ter em conta o peso que historicamente tem tido em Portugal o corte claro entre o sociólogo do contexto universitário e o ‘outro’, não sendo estas representações que têm Maria e Rosa mais do que um espelho claro desta dicotomia, que pressupõe, por um lado, o sociólogo que é professor universitário e investigador, e por outro o indivíduo que se formou em sociologia e que se inseriu num contexto profissional que não a academia. O ônus da questão coloca-se na própria academia: é o facto de se estar nesta ou não que define se se é ou não sociólogo. A utilização por Rosa da denominação *socióloga não praticante*, pressupõe que para passar a sê-lo esta ter-se-ia de inserir no universo da investigação científica, que, como já pudemos entender, tende “(...) a permanecer, se não como atividade de muitos, pelo menos como referência forte de quase todos.” (Costa, 2004, pp.51).

É ainda certo que estas representações não existem apenas no seio de profissionais como as entrevistadas, sendo muitas vezes corroboradas por elementos da academia, que se autointitulam de sociólogos no sentido clássico do termo, como exercendo numa “espécie de “estado de graça epistemológico”, só ele permitindo “fazer verdadeiramente sociologia”.” (Costa, 2004: 53). Este encerramento de uns na sua “torre de marfim”, como lhe chama Bourdieu, revela-se limitador do prestígio do sociólogo que não se

encontra nesta e coloca conseqüentemente em causa a sedimentação e o reconhecimento dos diversos papéis profissionais que o sociólogo pode desempenhar.

O mais curioso é que, no imaginário de muitos dos nossos colegas [do meio académico], investigação científica e ensino universitário não são uma profissão, incluível no leque mais vasto de papéis profissionais que os sociólogos podem desempenhar, mas como que uma espécie de «essência» ontológica. Correspondem a ‘ser-se’ sociólogo... (Costa, 1988, pp.110).

Talvez consigamos pensar assim a dificuldade de afirmação de um sociólogo em contexto não académico. Para este é possivelmente constante a tarefa de se afirmar como tal; se pensarmos que exercem em cenários onde são os únicos sociólogos, acresce a tarefa, ainda que talvez não explícita, de mostrar o que trazem de mais proveitoso para esses contextos. Esta questão não se coloca em moldes semelhantes aos sociólogos académicos para quem, no seu meio, o seu estatuto se encontra adquirido e sem necessidade de legitimação.

É contudo interessante analisar que quando questionadas sobre o que entendem então ser um sociólogo, nem Maria nem Rosa se centram apenas no sociólogo investigador. Rosa afirma: *[...] se calhar o sociólogo é aquele que aparece na televisão para analisar determinadas questões: focos de pobreza, desertificação, comportamentos das pessoas nos tempos de crise, públicos da cultura ... Os sociólogos trazem alguma cientificidade àquilo que é senso comum.* Maria vai mais longe, elencando características, provavelmente sem se aperceber, que anteriormente já tinha associado à sua prática profissional ao longo do tempo na autarquia: *Um sociólogo é alguém que deve ter a condição de usar as ferramentas, sejam teóricas ou de outra natureza para desmontar aquilo que parece óbvio e ir além disso. [...] tem de ter a capacidade de perceber os processos onde há intervenientes com vários níveis de capacitação e de poder e gerir essas diferenças, fazendo confluir para o processo aspetos que são importantes para que este tenha eficácia, de maneira a que todos possam participar. Para mim, os mestres e os sociólogos no sentido mais clássico do termo são aqueles que têm ferramentas para conhecer o real e que intervêm de forma consistente e sustentada; o sociólogo é aquele que desmonta.* Como é evidente, os sociólogos que anteriormente se tinham afirmado como tal, quando questionados sobre a sua representação de sociólogo, tendem a ter um olhar ainda mais abrangente. Joana afirma que *[um sociólogo] é sobretudo um técnico muito flexível. Trabalhei em várias áreas diferentes e sempre achei que todas tinham um*

cunho de sociologia. Sara, por sua vez, conclui a este respeito: Ser sociólogo é saber interpretar a realidade social e ter curiosidade sobre ela e isso tanto se pode fazer numa equipa onde se desenvolve este tipo de intervenção com estas famílias nos bairros [referindo-se ao seu trabalho], como numa equipa de investigação que se está a debruçar sobre um projeto. A sociologia ajuda-nos a ler. Em todos os contextos é possível desenvolver o papel de sociólogo.

É ainda comum a quase todos os sociólogos, à exceção de Sara que afirma ter sido contratada precisamente por ser socióloga, o sentimento de dificuldade de afirmação como tal e o não aproveitamento ou mesmo desconhecimento por parte das entidades empregadoras das valências que transportam. Joana partilha: *quando abriu o concurso pelo qual eu entrei para a Câmara, e outros, abriam sempre lugares na área social ou das ciências sociais e humanas, nunca nada específico para sociólogos. Havia uma grande falta de conhecimento em relação àquilo que um sociólogo podia fazer. Acho que ainda hoje isso não mudou assim muito.* Afonso corrobora esta ideia: *Acabei por me adaptar por onde fui passando, mas de algum modo fiz o mesmo que teria feito se fosse técnico de serviço social [na CPCJ]. Não houve um aproveitamento específico até agora da minha formação. (...) O sociólogo tem pouca expressão.*

Pensemos agora, neste plano da cultura e identidade profissional, sobre os princípios éticos que consideram fundamentais nas suas condutas profissionais. Neste aspeto, os sociólogos entrevistados convergem de forma geral, a saber, a preocupação com as instituições onde trabalham, a transparência e a equidade no tratamento dos outros. Sendo pertinente notar que os sociólogos que trabalham em contacto direto com indivíduos ou famílias ditas em desvantagem social, assumem princípios mais específicos: Afonso realça o respeito e a tolerância pela diversidade cultural, política, étnica, religiosa e económica das famílias com que trabalha, afirmando tentar tirar partido dessas especificidades para benefício próprio das famílias; Sara menciona a prevalência de não ceder a estereótipos, o distanciamento face a valores e opiniões pessoais, o respeito e a neutralidade; Joana ressalta a importância da isenção em relação aos assuntos e às pessoas, não ter interesses pessoais a reger o trabalho e não ceder a pressões e a subornos. Porém não estabelecem nenhuma associação clara entre estes princípios éticos e uma identidade própria da sociologia. Maria afirma: *Não tenho grande reflexão em torno*

dessa questão [princípios éticos] enquadrada no perfil profissional do sociólogo especificamente. [...] A ética que eu desenvolvi de forma muito mais isolada e as práticas que eu sigo têm a ver com o meu estatuto e condição de funcionária pública e que portanto talvez fossem iguais fosse eu socióloga, economista...[...] A minha ética e quadro de regras têm muito mais a ver com essa identidade do que com a identidade de formação.

Este corte espelha-se também em relação ao Código Deontológico, cuja elaboração tem sido uma prioridade em várias associações de natureza científica, no plano de afirmação das suas profissões (Lousada, em Freire, 2004), não sendo esta área científica e neste caso a Associação Portuguesa de Sociologia (APS) exceção. Sabendo que o Código Deontológico elaborado pela APS é aprovado em 1992, é evidente que a socióloga que se forma antes deste ano não teve contacto com o documento durante a licenciatura, contudo, de entre os quatro restantes, apenas dois afirmam tê-lo estudado de forma enquadrada no curso, tendo Sara, cuja licenciatura é concluída em 2008, partilhado que elaborou um trabalho sobre esta temática, entrevistando sociólogos que não se encontravam em contexto académico, naquilo que parece ter sido um trabalho semelhante ao que esteve na base deste ensaio. Apenas uma socióloga, Joana, afirma já ter sentido, ainda que de forma indireta, necessidade de recorrer ao Código durante o exercício profissional. Fê-lo em momentos em que a gestão de valores a pôs em conflito, necessitando de se certificar a quem deveria corresponder.

Podemos então concluir até aqui, que continua a existir desconhecimento por parte de algumas entidades empregadoras das valências específicas destes profissionais, a persistência de uma clara inibição por parte de alguns sociólogos na sua afirmação como tal, a quase inexistente associação entre os princípios éticos mobilizados e uma cultura própria da sociologia e o desconhecimento ou corte quase total com o Código Deontológico, permitindo com isto lançar para a discussão alguns dos passos que ainda têm de ser dados para a consolidação da afirmação da sociologia como profissão e para o reforço de uma cultura e identidade profissionais nas quais sociólogos não académicos também se revejam.

II. Formação académica e exercício profissional

Três entrevistados definem-se como sociólogos, havendo contudo duas que se definem como tal apenas no dia-a-dia por uma questão de facilidade, restringindo de facto o exercício da sociologia quase só à academia. Não esquecendo porém, elemento fundamental para o que veremos a seguir, que as características que mesmo estas duas associam ‘ao sociólogo’, sobretudo no caso de Maria, não se encontram distantes daquelas que a própria associa ao seu trabalho diário. Torna-se por isto interessante tentar perceber que relação estabelecem entre o que aprenderam no percurso académico e o exercício da profissão, isto é, se transportam conhecimentos teóricos e práticos da sua formação em sociologia e em que moldes estes se traduzem ou se, pelo contrário, já não encontram afinidades e olham para esta como uma formação de base um tanto afastada das exigências colocadas hoje.

Joana começa por dizer que nos primeiros anos de adaptação ao trabalho na Câmara achou que não aplicava nada do que tinha aprendido, para imediatamente a seguir reconhecer: *Mas se calhar até estava [a aplicar]. Há qualquer coisa que fica a nível da metodologia, fazer inquéritos, técnicas das entrevistas, ... Isso foi muito importante. E também tudo o que nos ensinaram sobre a rotura entre o senso comum e o método científico, a diferença entre uma opinião e aquilo que temos de provar...* Maria partilha: *Acho que há uma abordagem aos problemas, um treino do olhar, a forma como nos colocamos, que nos forma e isso tem a ver com o método aprendido em sociologia. Como olhamos para as coisas e nos organizamos para as resolver, mesmo em questões práticas do dia-a-dia. Isso fica e caracteriza-nos em todas as situações com que nos confrontamos na vida profissional.* Sara remete diretamente para as exigências do seu trabalho: *No diagnóstico social é muito importante a visão do indivíduo, do lugar que ocupa no espaço social, e perceber que esse varia consoante os diferentes capitais sociais (...)* *As ferramentas que a sociologia me dá são precisamente essas e no trabalho que eu desenvolvo são muito importantes. É relevante perceber de que forma é que eu sou capaz de ajudar, através da minha intervenção, à mobilidade social daquela pessoa.* Também do ponto de vista dos métodos e técnicas, assume a importância da formação em sociologia: *Tanto utilizo metodologias de nível teórico como de nível prático no contexto da minha atividade profissional. São muito importantes. Todas essas técnicas e*

ferramentas que aprendemos em Métodos e Técnicas são fundamentais para o exercício da minha profissão no contexto das entrevistas que realizo. Praticamente todos os dias faço entrevistas. Há questões muito importantes, como a forma como formulamos e colocamos as perguntas ou a maneira de interpretar aquilo que a pessoa está a dizer e isso aprendemos em Métodos e Técnicas. Além dos métodos qualitativos, também utilizo os quantitativos. No plano de atividades anual, no plano de ação e nos relatórios de progresso semestral. Rosa remete para a sua realidade específica, a da produção de espetáculos: Acho importante olhar para um espetáculo e tentar perceber o que está ali por trás, que conceitos... Acho que a sociologia me ajuda a perceber em determinados momentos que, se eu não acautelar determinadas questões em iniciativas muito díspares, não vou ser bem sucedida. [...] perceber, por exemplo que o público não é uma entidade homogénea, que é preciso percebê-lo, é algo que é trazido da sociologia. Acrescenta ainda: As minhas colegas são licenciadas em animação sociocultural, mas não sinto que esteja aqui a trabalhar em algo para o qual não estou preparada. Apesar de todos os sociólogos terem feito formações posteriores à licenciatura em disciplinas mais específicas, a sociologia, conclui-se daqui, não só continua presente, como permitiu adquirir capacidades amplas que cada um parece moldar à luz dos seus contextos específicos e fazer uso delas das formas mais diversificadas face aos diferentes desafios colocados. Contudo, alguns sociólogos identificam aquilo que sentem ter sido lacunas no curso, que contribuiriam para acentuar um sentimento de afastamento da Universidade em relação ao mercado de trabalho: fechamento excessivo de alguns professores sobre o meio académico, pouco trabalho transdisciplinar, falta de contacto proporcionado aos estudantes com a realidade fora da Universidade e a inexistência de estágios.

Ainda não mencionado, mas que adquire relevância uma vez entendida a prevalência da sociologia, é o facto de todos estes sociólogos se inserirem em contextos de trabalho com profissionais formados em áreas distintas. Rosa trabalha com animadores socioculturais, Sara com psicólogos e técnicos de serviço social, Maria com arquitetos, urbanistas, engenheiros, geógrafos e economistas, Afonso com técnicos de serviço social, psicólogos, educadores de infância e advogados, e Joana sobretudo com técnicos de serviço social. Assim sendo é importante perceber o que pensam serem capazes de mobilizar de mais proveitoso para estas equipas. Rosa afirma: *Acho que é uma*

desconfiança constante em relação àquilo que outros acham óbvio [...] É preciso essa desconfiança e essa abertura para perceber que de facto há uma justificação. Maria declara: Aquilo que eu acho que é uma mais-valia, não sei se só daqueles que são de sociologia, mas é fundamentalmente de quem tem formação nas áreas das ciências sociais, é a capacidade e competência de “cozer”; fazer uma leitura mais transversal das coisas e de perceber a importância dos processos, que é algo que muitas outras áreas não valorizam. [...] Isso também é importante quando se gerem equipas, porque dá mais condição para fazer sínteses através de olhares diversos. Sara conclui: O facto de se ter perspectiva e reflexão sobre as desigualdades sociais é proveitoso. [...] É esse olhar sobre a realidade e pensar como podemos ajudar uma pessoa que está em situação de exclusão social a sair dela que acho que trazemos de novo. Joana pensa que a visão sobre a realidade é aquilo com que melhor um sociólogo contribui: A perspectiva sobre as coisas é mais direccionada. [...] Os de sociologia sabem ao nível da metodologia, da necessidade de quantificar as coisas, arrumar dados e informação de modo a que ela faça sentido e possa ser passada a outros. Acho que aquilo que nos distingue é a maneira como classificamos a informação e os conhecimentos que temos de modo a que eles façam sentido. Afonso: Talvez aquilo que me diferencie é que me sinto mais à vontade para entender os contextos familiares e o contexto mais amplo, enquanto meio. [...] Perceber bem os pais e as suas angústias, tentar chegar ao fundo dos problemas, perceber as dinâmicas do meio e de trabalho em rede com parcerias, se as pessoas estão inseridas ou não, é algo no qual tenho vantagem. Rosa chega a afirmar que a relação entre o que foi aprendido e o exercício profissional de hoje é intuitiva. Maria diz a este respeito: Fiz muito o meu percurso ajustando-me às áreas de trabalho que se iam proporcionando, que eu sempre achei que tinham afinidades com aquilo que eu tinha estudado na licenciatura. [...] Eu nunca senti isso [obstáculos no acesso a uma profissão onde pudesse aplicar os conhecimentos que tinha aprendido] porque a área do planeamento me permitiu fazer uso das aquisições do curso; sempre tive essa realização. Nunca tive a percepção de que o curso não me serviu para nada, ou de que ia trabalhar numa coisa que não tinha nada a ver com a minha formação e continuo a não sentir. [...] Continuo a achar que o percurso que fiz na minha formação académica me deu os recursos que tenho para a prática profissional que vim a desempenhar depois.

A sociologia não se cinge então a um conjunto de aprendizagens longínquas, que não encontram espelho no plano do exercício profissional. Estes sociólogos não só facilmente descortinam na sua prática profissional o que é trazido da sociologia, como realçam o que esse olhar transporta de mais singular para as suas equipas de trabalho, o que é aliás interessante de perceber, dada a dificuldade que têm de identificação com uma cultura profissional comum e de integração nesta.

No entanto, embora afirme sentir-se bem enquadrada no meio, Maria introduz uma ideia muito pertinente: a de isolamento profissional. *O que eu senti como sendo mais difícil, e que ainda hoje é verdade, foi um certo isolamento profissional, porque durante muito tempo na Câmara eu fui a única socióloga. Além disto, também deixei de ter contacto com outros colegas depois de sair da faculdade e a prática profissional começou a aproximar-me muito mais de outros perfis profissionais, como os arquitectos, os urbanistas, os geógrafos... Por isto, acho que ao longo do tempo me fui reconfigurando em termos profissionais e fui desenvolvendo um conjunto de outras competências e interesses necessários à minha integração no trabalho de uma Câmara.*

Parece claro que se coloca como um desafio o combate a este sentimento de isolamento. Se desejamos que o leque de possibilidades de inserção profissional para os sociólogos continue a crescer e a consolidar-se para além da academia, revela-se fundamental, antes de mais, perceber como se encontram enquadrados os sociólogos que neste momento já exercem fora desta, pois será este o melhor meio de conhecer que dificuldades ainda persistem. Não pretendendo com isto desvalorizar o processo de reconfiguração que Maria aborda, pelo contrário entendendo-o como necessário a uma integração num trabalho com profissionais de outras áreas, não deixa de ser importante questionarmo-nos sobre o facto de Maria o ter sentido como uma necessidade pela inexistência de outros sociólogos a trabalhar consigo. Importa ainda pensar que peso terá este sentimento de isolamento na construção de ideias exploradas acima: a inibição de se afirmar como socióloga, tendo como subentendida a prevalência da cultura da dissociação entre ciência e profissão; a dificuldade de enquadramento numa identidade comum; ou a dificuldade de se rever no campo do associativismo profissional e científico próprio da sociologia em Portugal, como exploraremos a seguir.

III. Associativismo, ativismo e responsabilidades sociais no mundo de hoje

Vivemos hoje um tempo em que persistem e se agravam problemas sociais profundos com espelho no evidente aumento das desigualdades sociais. Tal com nos apontam Beck (2000), Habermas (1987) ou Boaventura de Sousa Santos (1988), deparamo-nos com um corte profundo entre o ideal e os valores da modernidade e a realidade da sociedade contemporânea. Por isto, partimos do questionamento de Maria José Casa-Nova (2012:19): “como trazer (...) para o centro do debate o que, sendo central para o desenvolvimento sustentado das sociedades e, conseqüentemente, para a felicidade dos seres humanos, se encontra na *borderline* do negligenciável e qual o papel dos e das cientistas sociais neste “reagendamento” da centralidade do ser humano”. Esta posição parte, evidentemente, da necessidade de romper com quaisquer ideias ilusórias sobre a neutralidade dos cientistas sociais face ao mundo à sua volta, assumindo a defesa intransigente da necessidade de responsabilização destes.

Refletir sobre a sociologia implica discutir caminhos que esta, enquanto área de formação, ciência e profissão, ainda tem de percorrer e, mais importante, em que moldes os fará. Neste processo, a discussão do papel da sociologia em Portugal no presente assume nova urgência quando nos colocamos perante a análise da realidade onde a pretendemos desenvolver: um contexto social, político e económico espaço de profundas desigualdades, de ataque aos mais básicos direitos e liberdades individuais e coletivos, de desinvestimento na educação e na ciência, enquadradas na tentativa de aniquilação do Estado Social. É então urgente colocar novamente as ciências sociais, e particularmente a sociologia, em posição de alimentar um debate político constante da sociedade consigo mesma, recuperando assim o questionamento político da realidade e reencontrando as ciências sociais com as suas funções sociais decisivas: a crítica da ordem estabelecida, a denúncia dos privilégios, dominações e desigualdades, no fundo, a constituição do espaço reflexivo, por excelência, da invenção democrática (Caillé, 1993).

Pede-se aos intelectuais, nesta tarefa destinada a reativar o grão de inconformismo que faz parte do trabalho cultural, que revejam automatismos e operadores ideológicos que os induzem, tantas vezes, a confundir distância objetivante com desprendimento ético (...) (Pinto, 2004: 27).

Defende-se assim que os sociólogos no exercício da sua prática profissional, independentemente dos papéis profissionais que desempenhem, têm responsabilidades para com a sociedade, antes de mais, pela especificidade de saberes e capacidades que possuem, e também pelas repercussões diretas que o trabalho sociológico pode e deve ter na vida das pessoas (Costa, 1993). A ideia da incompatibilidade entre o científico e o político, que legitima discursos de desresponsabilização face “à coisa pública”, parece pretender ignorar que durante muito tempo “o objetivo de um conhecimento científico da sociedade era intrinsecamente político, e que, nem que fosse só por isso, não só respondia espontaneamente à procura social, como, ainda melhor, se exprimia e contribuía para que ela nascesse” (Caillé, 1993: 27). Importa contudo esclarecer que a defesa desta tese não pressupõe colocar sobre os ombros dos sociólogos ou sequer só dos cientistas sociais, a tarefa de refletir a situação atual e de delinear alternativas para um mundo mais justo, nem se pretende defender a ideia de que estes indivíduos só têm responsabilidades sociais pelo facto de serem sociólogos, importando aqui sim discutir o papel da sociologia na reflexão destes sociólogos sobre a necessidade de intervirem e no seu potencial como ciência transformadora. Partimos das palavras de Maria: [...] *acho que as pessoas têm todas obrigação de estarem atentas independentemente da sua formação, mas se calhar a sociologia dá-nos mais condições para percebermos a importância dessa intervenção cívica.* Pensemos sobre as ferramentas analíticas que a sociologia nos proporciona e na capacidade destas em desconstruir e enfraquecer as “cortinas de fumo” que, lançadas pelos “fabricadores do consentimento”, têm tantas vezes estrangido os indivíduos e o seu pensamento crítico, conduzindo-os ao conformismo, ao medo, à obediência, à fragmentação, à perda do sentido do coletivo (Casa-Nova, 2012). Tomemos em conta Michael Burawoy e a sua defesa da sociologia pública como sinónimo da discussão pública em torno das direções que a sociedade toma, e numa linha semelhante, Bell, que defende que “os sociólogos públicos possam ajudar as pessoas comuns a tornarem-se conscientemente ativas e participantes efetivos na moldagem dos seus futuros” (Casa-Nova, 2012:13).

É interessante notar que duas das sociólogas entrevistadas começam por se inibir em afirmar que a sua formação nesta área tem peso na definição de responsabilidades, contudo acabam por admiti-lo. Joana começa por afirmar: *Como socióloga não sei, mas*

tenho responsabilidades cívicas como cidadã, para de seguida concluir que de facto a sociologia lhe deu ferramentas para perceber a importância dessa responsabilidade: Estudar sociologia permitiu-me conhecer algumas das origens dos fenómenos, coisa que eu desconhecia e o conhecimento dá responsabilidade, como é óbvio. E isso também coloca uma maior pressão sobre nós. Podemos não conseguir resolver os problemas, mas temos as ferramentas para saber por que é que aquilo aconteceu. Sara também começa por afirmar: Acho que independentemente da área de formação qualquer ser humano tem responsabilidades cívicas. Concluindo de seguida: Penso que a sociologia nos dá ferramentas muito importantes para podermos estar mais despertos para aquilo que se passa à nossa volta. E ter uma consciência crítica sobre o porquê de determinados fenómenos que acontecem, o que depois suscita essa vontade de intervir. Os outros três entrevistados, ainda que muitas vezes generalizando para as ciências sociais, afirmam prontamente que consideram, pela sua formação, terem responsabilidades sociais. *Claro que a sociologia nos faz ver as coisas de outra maneira; é difícil estarmos próximos dessa reflexão da realidade social que a sociologia faz e não intervirmos nela (Rosa); O curso fez de mim outra pessoa. Acho que a sociologia nos dá mais consciência de que a dimensão social e a dimensão comunitária são algo de fundamental na nossa vida e que não podemos negligenciar. [...] E acho que a sociologia, ou as ciências sociais, nos dão essa condição: nós temos formas de ler a realidade que nos permitem posicionar-nos enquanto cidadãos (Maria).* Afonso, que antes de se licenciar em sociologia já trabalhava em associações recreativas, afirma: *Foram até as responsabilidades cívicas que entendi ter no plano do desenvolvimento local que me levaram a estudar sociologia. O sociólogo e alguém das ciências sociais pode sempre acrescentar algo às entidades locais.*

Torna-se então pertinente perceber de que forma a análise e consciência críticas intrínsecas à sociologia e as responsabilidades sociais que lhe são sequentes se espelham na forma de estar quotidiana dos sociólogos entrevistados. No plano do local de trabalho, atualmente nenhum dos entrevistados é associado a um sindicato, sendo que Afonso e Joana afirmam já ter sido (Afonso: *Acho importante participar no sindicato. Não ser sócio atualmente não invalida que possa vir a ser de novo*). Rosa afirma que *talvez devesse ser sindicalizada* e partilha o facto de ser a si que os colegas recorrem quanto têm

problemas no local de trabalho e precisam de ajuda para se defenderem. Afonso afirma ser sócio dos serviços sociais da autarquia onde trabalha e Sara sócia da associação onde trabalha, sendo que nenhum é eleito num órgão de representação de trabalhadores. De uma forma mais ampla em termos de participação social, apenas Afonso é militante de um partido político. Maria, Rosa e Joana afirmam participar desde há muitos anos em manifestações ou outras formas de protesto que as interpelem em situações específicas. Joana mostra interesse em participar em causas sociais diversas, dando o exemplo da Campanha por Timor, e Rosa afirma fazer sempre greve (*Acho que serve sempre para alguma coisa, muda sempre alguma coisa.*) Afonso participou durante um mandato eleitoral numa assembleia de freguesia, afirmando que hoje, embora tenha decidido não participar em manifestações, manifesta o seu protesto via facebook e afirma ter feito greve nas últimas greves gerais. Maria partilha ter participado de forma ativa politicamente desde cedo, tentando posicionar-se constantemente sobre o maior número de assuntos e votando sempre, tendo hoje uma importância primordial a transmissão destes valores ao filho (*A minha visão é de que, enquanto cidadã, a forma de nos expressarmos é posicionar-nos em relação a tudo da vida quotidiana*), seguindo Afonso uma linha de pensamento semelhante: *Acho que a militância política é importante [...] Acho que também é importante haver um papel nesse campo.* No que diz respeito à pertença associativa, Maria é membro da Associação de Pais da escola do filho, espaço onde afirma ter uma participação muito ativa por considerar ter uma obrigação nesse sentido e Afonso é Presidente da mesa da assembleia geral de uma associação distrital, Secretário-geral da direção de uma sociedade filarmónica centenária do seu concelho e sócio de mais uma dezena de associações de âmbito cultural e recreativo. Joana conta ter participado na Associação de Estudantes da faculdade e Maria conta ter tido também colaborações pontuais com a da sua. No que se refere ao associativismo profissional e científico, três dos sociólogos entrevistados são membros da Associação Portuguesa de Sociologia (APS), sensivelmente desde a altura em que terminaram as suas licenciaturas, sendo que Sara, que ainda não é atualmente, pensa inscrever-se pela frequência com que participa nos Congressos e conferências por esta organizados.

Em jeito conclusivo, podemos sintetizar que estes sociólogos entendem que a consciência crítica potenciada pela sociologia tem reflexo de forma transversal nos seus

diversos campos de ação, entendendo-se como atores de mudança no plano do exercício profissional ou no plano mais pessoal. Sendo contudo de notar que Sara, a mais nova das sociólogas entrevistadas (26 anos), apresenta-se como a que possui menor participação a todos os níveis. Afirma não participar em nenhum dos moldes existentes (à exceção da associação em que trabalha, da qual é sócia, tal como mencionado acima), por não se identificar com nada, acreditando que a análise crítica inerente à sociologia se espelha apenas no plano do seu exercício profissional. Esta é uma questão pertinente, uma vez que os restantes sociólogos, que afirmam participar politicamente de forma mais ampla, não descuram com isto o potencial da sua intervenção também no plano profissional; isto é, entendem que a análise e consciência crítica potenciadas pela sociologia não têm apenas reflexo numa área restrita das suas vidas, como parece fazer Sara. Pelo contrário, assumem-nas como transversais aos seus diversos campos de ação, sejam eles de exercício profissional ou estritamente pessoais. Aliás, Afonso permite elucidar-nos de forma clara sobre esta questão: *A sociologia deu-me instrumentos de análise crítica, na medida em que me permitiu pensar a realidade não como algo claramente definido, mas como um mundo de descoberta. Ao mesmo tempo que fui ficando preparado para conhecer a realidade em si, também fui de algum modo mais sensibilizado e treinado para perceber as pessoas que estão à minha volta e ao mesmo tempo para eu próprio ser um ator de mudança.*

Maria, uma das sociólogas membro da APS, é a única que claramente afirma não ter atividade enquadrada nesta. Esta questão da inexistência de participação na APS e da dificuldade que apresenta em justificar por que razão é sócia (*Sempre fui associada na APS, mas não consigo dizer bem porquê*) pode contribuir para o aprofundar do já anteriormente mencionado isolamento profissional. Maria critica a Associação por não criar espaços de reflexão onde possa discutir com outros colegas sociólogos que trabalhem na mesma área e em contexto autárquico sobre o que são as suas práticas profissionais e lamenta a inexistência de espaços de reflexão sobre ética profissional, de que diz sentir falta. Quando aponta a dificuldade de se afirmar como socióloga, Joana, membro da APS, também aponta parte da sua crítica a esta: *Antes de se porem os sociólogos no mercado de trabalho é preciso explicar o que estes podem fazer. [...] o que é certo é que a Associação por si só nunca conseguiu apoiar-nos muito nesse sentido.*

Para uma adequada discussão em torno desta fraca pertença associativa profissional seria necessário aprofundar esta análise de uma outra forma, sendo ainda assim relevante apontar alguns factos que influenciaram no plano associativo a participação social historicamente em Portugal: o movimento associativo foi alvo de inúmeras restrições, desde a proibição do associativismo de ofício e de classe em 1834 até ao “vazio associativo entre 1933 e 1974 imposto pelo regime político” (Lousada, em Freire, 2004: 39), o associativismo profissional não tem uma tradição muito enraizada em Portugal (Rego, em Freire, 2004), e obviamente a alienação e conformismo incutidas pelo regime fascista que continuam hoje presentes na memória coletiva e com repercussões na prática. Ainda assim não é de somenos importância analisar o papel do associativismo, pelo contrário, uma vez que a organização dos grupos profissionais em associações impõe-se em Portugal como elemento fundamental para a análise dos processos de profissionalização (Rego em Freire, 2004), o que, no caso da sociologia, assume maior relevância num quadro em que tentamos discutir o potencial de profissionalização desta ciência, descortinando os obstáculos que encontra e, neste caso, o papel que as associações profissionais podem ter na solução destes. Importa assim refletir sobre aquelas que são as exigências colocadas à APS também neste campo. O mencionado isolamento profissional de Maria ou o já descortinado em todos estes sociólogos fraco reconhecimento de uma identidade comum também pode justificar a falta de proximidade com o trabalho desenvolvido pela APS ou, por outro lado, pode ser este último a contribuir para o consolidar dos anteriores. Importa por isto refletir se o tipo de trabalho desenvolvido pela Associação não terá vindo a permitir a perpetuação da cultura da dissociação entre ciência e profissão, não conseguindo enquadrar de forma ativa quem se encontra em determinados contextos profissionais. Exige-se hoje desta não só o debate científico e a difusão do conhecimento acumulado, mas também a defesa da profissão e dos interesses profissionais independentemente do contexto do exercício; exige-se que crie espaços onde a discussão e reflexão sejam alargadas, naquele que pode ser um passo fulcral para minorar as dificuldades de afirmação destes sociólogos e para combater o desconhecimento que ainda persiste em relação às valências que estes transportam. O associativismo profissional e científico no campo da sociologia revela-se também muito importante pela capacidade de união dos sociólogos das mais diversas áreas, inseridos

nos mais variados contextos profissionais, algo que se apresenta como indispensável para o combate que hoje se coloca diante de nós. Sabemos que as prioridades se encontram pervertidas à luz da lógica dominante; urge por isso a necessidade de repensar a relação entre os Estados, a economia, a política, os direitos e deveres dos cidadãos; urge o fomento de um olhar mais crítico sobre as relações de poder e dominação que trespassam as estruturas sociais, tendo em conta a centralidade da questão social. Precisamos para isto de cidadãos mais conscientes e participativos e é neste processo que os sociólogos e a sua intervenção podem ter um papel central, uma vez que “estas intervenções (...) serão capazes ainda de continuar a fornecer armas úteis a todos os que se esforçam por resistir ao flagelo neoliberal” (Bourdieu, em Casa-Nova, 2012:15) uma vez que “aqueles que têm a possibilidade de consagrar a sua vida ao estudo do mundo social não podem permanecer neutros e indiferentes, afastados das lutas cuja parada é o futuro deste mundo” (Bourdieu, 2001: vii).

A intervenção quotidiana, agindo individual e coletivamente, tem intrínseca a si a aplicação do que de mais valioso a sociologia nos ensina: pensar, olhar a realidade social de forma atenta e crítica, desconfiar de justificações lineares, desmontar aquilo que parece irreduzível, questionar o que apresentam como inquestionável. As formas de responsabilização e intervenção social permanecem por explorar e concretizar na sua plenitude, cabendo-nos descortinar os caminhos que a sociologia e os sociólogos (independentemente dos seus contextos profissionais) podem fazer para contribuir para este processo, que é também de concretização do potencial desta ciência como instrumento de transformação do real.

Referências bibliográficas

Beck, Ulrich (2000), “A reinvenção da política”, em Ulrich Beck, Anthony Giddens e Scott Lash, *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2001), *Contrafogos 2*, Oeiras, Celta Editora.

Caillé, Alain (1993), *A Demissão dos Intelectuais*, Lisboa, Instituto Piaget.

- Casa-Nova, Maria José, Ana Benavente, Fernando Diogo, Carlos Estêvão e João Teixeira Lopes (org.) (2012), *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual*, V.N. Famalicão, Edições Húmus.
- APS (1992), *Código Deontológico*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Costa, António Firmino da (1988), “Cultura profissional dos sociólogos”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp. 107-124.
- Costa, António Firmino da (1993), “Prática sociológica e deontologia profissional dos sociólogos”, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento (Actas do II Congresso Português de Sociologia)*, Lisboa, APS e Editorial Fragmentos, pp. 171-178.
- Costa, António Firmino da (2004), “Será a sociologia profissionalizável?”, em Carlos Manuel Gonçalves, Eduardo Rodrigues e Natália Azevedo (orgs.), *Sociologia no Ensino Superior: Conteúdos, Práticas Pedagógicas e Investigação*, Porto, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 35-58.
- Freire, João (org.) (2004), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Habermas, Jürgen (1987), “A modernidade. Um projecto inacabado?”, *Crítica. Revista de pensamento contemporâneo*, 2, pp. 5-23.
- Pinto, José Madureira (1993), “A sociologia e as dinâmicas da modernidade”, in AA.VV., *Estruturas sociais e desenvolvimento (Actas do II Congresso Português de Sociologia)*, Vol. 1, Lisboa, Fragmentos, pp. 54-61.
- Pinto, José Madureira (2004), “Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- Santos, Boaventura de Sousa (1988), “O social e o Político na Transição Pós-Moderna”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 6/7, pp.25-46.

Anexo: Caracterização educacional e profissional dos sociólogos entrevistados

Sociólogos entrevistados	Idade, naturalidade	Habilitações literárias	Instituição, ano	Contexto profissional	Vínculo contratual atual
Maria	48 anos, Ponta Delgada	Licenciatura em Sociologia	ISCTE, 1987	Departamento de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Económico numa autarquia	Efetiva
		Pós-graduação em Planeamento Urbanístico	Sociedade Portuguesa de Urbanistas, 1987		
Rosa	46 anos, Lisboa	Licenciatura em Sociologia	ISCTE, 2001/2003 (?)	Divisão de Ação Sociocultural numa autarquia	Efetiva
		Curso de Produção e Gestão das Artes do Espetáculo	Fórum Dança		
		Pós-graduação em Práticas Culturais para Municípios	Universidade Nova de Lisboa, 2009		
		Mestrado em Tradução	FCSH UNL (componente curricular concluída)		
Sara	26 anos, Barreiro	Licenciatura em Sociologia	ISCTE, 2008	IPSS	Vínculo a termo certo
		Pós-graduação em Família e Sociedade	ISCTE, 2011		
		Mestrado em Sociologia	ISCTE (componente curricular concluída)		
Afonso	52 anos, Moita	Curso de educador de infância	Instituto de Ciências Educativas em Odivelas, 1987	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, enquadrado numa autarquia	Efetivo
		Licenciatura em Sociologia	Universidade Autónoma de Lisboa, 2003		
		Pós-graduação em Psicologia e Comportamento Organizacional	Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2004		
Joana	48 anos, Lisboa	Licenciatura em Sociologia	Universidade Autónoma de Lisboa, 1993	CLAII (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes), enquadrado numa autarquia	Efetiva
		Mestrado em Psicologia das Emoções	ISCTE, 2012		